

# **MEMÓRIA, CULTURA E O COTIDIANO DO SUBALTERNO: A DIMENSÃO DA VIDA PRÁTICA COMO ELEMENTO SUBVERSIVO**

Deyse Cortes Pereira  
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Memória Social  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Linha de pesquisa Memória e Espaço  
E-mail: cortesdeyse@gmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo buscou compreender a memória como elemento substancial das relações de poder que orientam a prática social e suas articulações hegemônicas. O objetivo foi compreender dentro da marginalidade que o sistema confere a cultura subalterna, seus próprios meios de produção e reprodução da resistência e do sentido de serem quem são, reencontrando caminhos e se reconhecendo no processo de significação de seus meios relativos.

**Palavras-chave:** Laços sociais. Relações de poder. Cultura.

## **MEMORY, CULTURE AND THE EVERYDAY LIFE OF SUBORDINATE: THE DIMENSION OF LIFE PRACTICE AS SUBVERSIVE ELEMENT**

## **ABSTRACT**

This paper sought to understand memory as substantial element of power relations that guide social practice and its hegemonic joints. The goal was to understand within the marginalization that the system gives the subaltern culture, their own means of production and reproduction of resistance and sense of who they are, paths rediscovering and recognizing the process of signification of its media related.

**Keywords:** Social ties. Power relations. Culture.

## **INTRODUÇÃO**

Quando tratamos da compreensão de elementos substanciais as práticas sociais, estamos também nos referindo a suportes mnemônicos, materiais e simbólicos de transmissão e significação dos sentidos. Trata-se de reconhecer como cenário de sua atividade, um campo aberto, intenso, de disputas nos termos da construção de uma nova prática, ou memória hegemônica, o que comumente se vê representado nos marcos de legitimação da memória oficial. Com isso, abrimos um expoente duplo de análise sobre as formas culturais da memória, que se traduzem na abstração, elemento subsidiado pelos discursos, e a memória exercida, produto de experiências desenvolvidas na dimensão prática da vida social, um valor muito próximo da força motriz que é o cotidiano, mesmo compreendido como espaço de reprodução do senso comum.

Ao dimensionar a memória em um contexto de disputa, seja ela funcional a manutenção do poder hegemônico, ou subversiva como substância elementar da resistência, estamos destacando sua condição lógica de composição da lembrança e do esquecimento. Este argumento dimensionado a leitura da complexificação social em tempos de modernidade aprofundada, estabelece uma relação contraditória, contradição esta que aqui não queremos ver confundida com superação, entre as teorias que acompanham o sonho da emancipação e a transformação social, pondo em diálogo aspectos culturais e econômicos das lutas. Assim, a legitimação dos agentes coletivos nos termos democráticos de seu reconhecimento estrutural, transmuta o sentido radical da resistência em institucionalização social das lutas modernas, na perspectiva puramente econômica. E isto é produto da intensificação dos intercâmbios mercantis, resultando na abstração quase que completa dos laços sociais.

### **1. Memória e cotidiano em tempos de modernidade aprofundada**

A complexificação da dinâmica social moderna, que se reproduz nos termos da abstração do cotidiano prático da vida social, traz consigo o desenvolvimento de relações norteadas pelo poder e suas articulações hegemônicas de dominação quase que absoluta do cotidiano da vida prática.

Na dimensão exercida da memória estão inscritos os aspectos práticos da vida cotidiana. Sabemos a partir de Gilberto Velho que “a memória é fragmentada. O sentido de identidade depende, em grande parte, da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados” (1994, p. 103). A partir desta formulação, interessa compreender os espaços de reprodução da vida social tendo como instrumento, e objeto de leitura, os múltiplos atravessamentos que a realidade circunscreve. Assim, podemos inferir dinamicidade aos meios mnemônicos de reprodução do cotidiano prático, carregados de sucessivas continuidades e rupturas no desenvolvimento das relações sociais.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos de 1920-1930, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 202).

Assim, a memória não é estática, imbricada em padrões e formas mecânicas de leitura social, mas, sim, dinâmica e exercida, reflexo do tempo histórico em que encontra-

se circunscrita, mesmo que apoiada em marcos relativamente imutáveis, pois são eles passíveis de ressignificação. É neste sentido que, a particularidade fluida da memória acompanha a lógica modernizadora da abstração e reflete na organização social do modo de vida prático.

Walter Benjamin (1985) analisa o que entendeu como substância social da memória, circunscrita nos impactos que o desenvolvimento do capital exerce sobre a forma coletiva da memória. Ele avalia que o declínio das narrativas é produto da ausência de experiências concretas, “as ações da experiência estão em baixa e tudo indica que continuarão caindo, até que seu valor desapareça de tudo” (BENJAMIM, 1985, p. 198). Este movimento produz impactos na forma da memória e suas expressões históricas.

Marilena Chaui avalia que a destruição dos suportes materiais da memória como prática da sociedade capitalista, interfere nos caminhos da lembrança, “arrancando seus marcos e apagando seus rastros” (1979, p. 19).

Para entendermos a ação cotidiana como substância da cultura subalterna, e nesta condição impregnada de radicalidade, se faz necessário uma ruptura com a forma de se pensar os processos da consciência, e o dimensionamento da cultura subversiva, que tradicionalmente tem sido interpretada como uma fórmula mecânica entre a base econômica e a superestrutura no pensamento marxista. Não se trata de adotar uma perspectiva linear de condicionamento e possibilidades, atribuindo tempo e espaços legitimados ao subalterno, mas, sim, de sua própria contradição experimentada, ao passo em que eximindo-se, objetivamente, desta estrutura de representações abstrata, produz os sentidos reais de sua prática social.

Os grupos dominantes, que estamos tratando mediados pela abstração dos laços sociais, perseveram o objetivo de cristalizar suas representações sociais, de maneira simbólica e material, conferindo ao cotidiano prático a função de manutenção e ampliação de sua hegemonia. Todavia, a própria contradição da funcionalidade da condição subalterna, ou do subalternizado, indica expressões espontâneas de luta e de vida, uma vez que se reproduz de maneira marginal e que se reconhece a partir da articulação cotidiana de seus fragmentos, produzindo no sentido de serem quem são sua matriz unificadora.

## **2. A centralidade da cultura e a marginalidade subalterna**

Tarefa difícil compreender ou conceituar a subalternidade na experiência do capital, mas, a expressão de sua emergência pode configurar uma tentativa um pouco mais

próxima desta disposição. Então partimos de uma classe social *inclusa*, que convive com a exclusão de referenciais tanto mercadológicos quanto políticos representativos, ou seja, uma inclusão subalternizadora. Spivak (2010) chama a nossa atenção sobre o termo “subalterno”, sua aplicação, e sobre tudo, de onde estamos olhando e tentando traduzir sua condição. Inaugura um movimento crítico sobre estudos que vinham ao longo do aprofundamento deste sujeito, se consolidando como instrumento de investigação social, que são os *Estudos Subalternos*. O contexto de sua inspiração é o histórico sul asiático, porém, fornece-nos elementos para dimensionar a realidade sul americana, assim, nos provoca com a indagação: “*O subalterno como tal, pode falar?*” Estamos mais inclinados a refletir sobre a forma desta fala, seus meios relativos de emergência por dentro de uma lógica social contraditória, que os forma para serem o que são.

Spivak (2010) faz o esforço de resgatar Gramsci em suas origens proletárias, compreendendo os modos de exclusão dos mercados como gatilho de uma inserção *democrática cidadã* interrompida, ou seja, incompatível com uma formulação política representativa. A esta elaboração, vinculamos outra perspectiva que relaciona alguns de seus atravessamentos, de maneira a incorporá-los em um conjunto de fenômenos presentes no modo de vida prático, e que teoricamente vem sendo construída nos termos da dinâmica modernizadora a ação social. Com isso, pretendemos fazer a leitura da condição do subalterno não apenas como ausência de poder na dinâmica de suas relações, mas, refletindo sobre a produção de um poder subversivo, justamente em função dos desdobramentos de sua *exclusão estrutural*.

Se as relações de poder estão no centro dos estudos sobre a cultura, o que já nos sinalizou E.P. Thompson e Raymond Williams, vinculando diretamente as transformações socioeconômicas a dimensão cultural de reprodução a vida social, suas expressões se configuram mesmo ante as sugestões do materialismo cultural, espaço onde o jogo socioeconômico flexiona as ações dos sujeitos em suas experiências concretas, ou seja, relacionando a dimensão prática da vida. A este fazer crítico, García Canclini nos orienta:

Os processos ideais (de representação e reelaboração simbólica) remetem a estruturas mentais, a operações de reprodução ou transformação social, a práticas e instituições que, por mais que se ocupem da cultura, implicam certa materialidade. E não só por isso, não existe produção de sentido que não esteja inserida em estruturas materiais (CANCLINI, 1983, p.29).

Porém, não se trata aqui de se renovar entendimentos sobre cultura dimensionada as camadas populares, seria uma tarefa muito árdua impossível de se resumir em breves

linhas, mas, sim, de problematizar as elaborações oficiais do mundo moderno, isto a partir da investigação das culturas subalternas.

O cotidiano prático da vida social, para o subalterno, é a marginalidade, que precisamente enquanto marginal, se caracteriza como uma experiência cultural de resistência, resgatando vínculos e refazendo laços, e com isso, reestabelecendo o cotidiano como espaço de produção dos sentidos, uma prática que se aprofundada poderia representar alternativas a barbárie social.

A cultura como produção de fenômenos contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreensão, reprodução, ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas a administração, renovação e reestruturação dos sentidos” (CANCLINI, 1983, p. 29).

Pensar com Canclini é pensar uma relação entre as dimensões simbólica e econômica em que se desenvolve a vida social. A este modo, o também estudioso da cultura, Stuart Hall (2003), atribui materialidade as expressões da desigualdade, incorporando dinamicidade aos termos da cultura, trazendo a sua compreensão para o modo de vida prático, relacionada, mas, não determinada unicamente por sistemas de representações simbólicos. Algo muito mais próximo do cotidiano das relações sociais.

“É quase impossível para o cidadão comum ter uma imagem precisa do passado histórico sem tê-lo tematizado, no interior de uma —cultura herdada, que inclui panoramas e costumes de época” (Hall, 1997, p. 21), as condições de transmissão desta memória relaciona-se com as narrativas, que se tornou produto abstrato da modernidade, e somente os espaços de exclusão objetiva, mesmo que atravessado por meios culturais de dominação, poderia supostamente reconstruí-lo.

### **3. O cotidiano do subalterno e a reprodução de práticas subversivas**

Identificamos na condição do subalterno, seu próprio meio de expressão da resistência, no sentido de ao posicionar-se a margem de uma estrutura simbólica de dominação, reproduz traços de uma cultura hegemônica, porém, como experiência real de construção dos laços sociais, reencontra os meios relativos à produção e ressignificação dos sentidos, na organização da vida social, desconstruindo o poder hegemônico e reestruturando narrativas sobre serem quem são.

Este argumento está presente na produção da cultura deste coletivo, de maneira que, sua reprodução cultural, musical, teatral, cinematográfica, etc; compõem-se de narrativas cotidianas sobre seu modo de vida prático, e, alimentados por este vínculo orgânico, circunscrevem-se permeadas de expressões de desigualdade. Para exemplificar este movimento, o *funk* carioca, nos fornece elementos de análise contemporâneos significativos, configurando a elaboração simbólica da prática cotidiana, organicamente vinculada aos sujeitos da vida social.

É produto do cotidiano cultural das favelas, articula a narrativa da realidade, e a partir de uma linguagem própria, relaciona a desigualdade social a um fator de diversidade cultural produtor de identidades. Assim, identidade e realidade compõem o movimento prático da vida social, sua condição experimentada, e sua raiz de identificação e reconhecimento.

Tradicionalmente a palavra “raiz” é utilizada como metáfora que indica certa estabilidade espacial ou uma anterioridade de um sujeito – seja ele coletivo ou individual – que se desenvolve numa linha temporal. Porém, não é nesse sentido que compreendo a raiz do *funk*. Parto do pressuposto de que interpretar a “raiz” de uma identidade é dialogar com reivindicações de sujeitos inseridos em estruturas de poder. Assim, a “raiz” não é uma essência original de um passado incontestável, mas, sim, uma reivindicação política e, portanto, estratégica do presente (LOPES, A., 2009, p. 374, grifo do autor).

Trata-se de uma prática que reencontra expressões de radicalidade, inscrevendo na luta, significados inclusive de uma luta cultural, e com isso atribuindo de forma embrionária aspectos de transformação social, e consolidando a forma subalterna de produzir significados, determinada por uma base social experimentada.

Articulando memória e cultura popular, modificam-se as práticas populares culturais, como reflexo do eu próprio meio social, contexto sobre o qual emerge suas manifestações. Assim, nos termos da abstração, a legitimidade prática da cultura apenas poderia representar simbolicamente a herança institucionalizada dos marcos do passado, ao passo em que, na cultura do enraizamento do cotidiano prático da vida social, o habitual é produto da dinamicidade do exercício da memória no tempo presente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar a conjuntura social em que se desenvolvem as particularidades que tratamos aqui é de importância crucial ao raciocínio deste movimento, porém, me ocorreu que elaborar a forma expressa de sua manifestação é tarefa substancial para sua leitura,

ou seja, é preciso atenção para os riscos da idealização deste movimento. Quando tratamos de analisar a prática cotidiana do *excluído*, estamos propondo entendê-lo dentro de uma reflexão que o dimensiona, por dentro de uma estrutura de relações de poder culturalmente legitimadas, que neste argumento configuram reflexos abstratos de uma cultura fragmentada nos termos na funcionalidade, que sendo hegemônica, cria mecanismos de manutenção de sua própria dominação. Porém, tendo a realidade prática da vida social circunscrita sobre referenciais culturais muito mais próximos da lógica da tradição, porque o sistema não se consolida capaz de atravessar a realidade como um todo no sentido institucional - embora mantenha a perspectiva de - a produção dos sentidos se relacionam com a experimentação real de seus elementos, e isto atualiza práticas anteriores, não como um retorno automático a um passado vivido, mas, compreendendo os impactos de seu aprofundamento, e resignificando, em seu exercício, seus próprios meios.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v. 1).

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 16. ed. [S.l.: s.n.], 2010.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LOPES, Adriana Carvalho. A favela tem nome próprio: a (re)significação do local na linguagem do funk carioca. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 202, n. 3, 1992.

SIVAK, Gaiatry. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.